

O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana

Cassio Roberto Conceição Menezes* & Jaildes Fontes Vasconcelos**

Resumo

A análise das transformações sócio-espaciais que tiveram como consequência a necessidade do planejamento de uma nova capital e do crescimento urbano acelerado desta a partir do estudo e compreensão do processo de desenvolvimento da urbanização no Estado de Sergipe é o principal objetivo do presente artigo. Como o município de São Cristóvão não oferecia as condições estruturais e administrativas que oportunizasse a independência comercial de Sergipe em relação ao porto comercial baiano, Aracaju surge justamente com essa função e por isso sua construção tem grande influência do poder público que almejava um maior dinamismo econômico do estado através dos novos portos que posicionariam Sergipe nas rotas de comércio internacional. O rápido crescimento urbano do estado de Sergipe se caracteriza por um processo de desenvolvimento acentuado e concentrado, o que permitiu a formação de aglomerações urbanas no entorno da capital, desencadeado pelo reconhecimento da região metropolitana de Aracaju.

Palavras-chave: Desenvolvimento Urbano, Metropolização, Grande Aracaju.

Abstract

The analysis of the socio-spatial have resulted in the need for planning a new capital and urban growth accelerated from this study and understanding of the development process of urbanization in the State of Sergipe is the main objective of this article. As the city of St. Christopher did not offer the structural conditions which could provide the administrative and commercial independence of Sergipe in relation to the commercial port of Bahia, Aracaju arises precisely for that purpose and therefore its construction has great influence of public administration which sought greater economic dynamismthe state through the new ports that have positioned Sergipe in international trade routes. The rapid urban growth in the state of Sergipe is characterized by a process of accelerated development and concentrate, which allowed the formation of urban settlements surrounding the capital, triggered by the recognition of the area of Aracaju metropolitan.

Key words: Urban Development, Metropolis, Aracaju Large.



* **CASSIO ROBERTO CONCEIÇÃO MENEZES** é Especialista em Gestão Urbana e Planejamento Municipal pela Universidade Federal de Sergipe, graduado em Administração pela Universidade Tiradentes e coordena o projeto de pesquisa intitulado "Evolução das Infrações de Trânsito...".



** **JAILDES FONTES VASCONCELOS** é graduada em m Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe; Professora de Ciências Humanas pela Sociedade Semear (Projovem Urbano) – Aracaju/SE.

1 Introdução

O rápido crescimento urbano do Estado de Sergipe, cujo marco figura na intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade, impulsionado pela industrialização e, concomitantemente, pelo desenvolvimento capitalista, tem sido acompanhado pela formação de grandes aglomerações no entorno da capital – Aracaju. Com essa formação urbana, o agrupamento constituído pela capital encontra-se perto de abrigar um milhão de habitantes e, portanto, está em via de se tornar uma metrópole.

No entanto, Aracaju foi planejada para dinamizar a economia e tornar-se centro administrativo do Estado de Sergipe, já que São Cristovão não oferecia condições fisiográficas para aportar os navios nem físico-administrativas para alojar as repartições do governo. A cidade surge para desempenhar funções comerciais e administrativas rompendo assim a dependência comercial com a Bahia, permitindo a entrada de Sergipe no mercado de relações internacionais.

A construção e organização da cidade tiveram a contribuição direta do poder público que elaborou um plano diretor e concedeu adiantamentos financeiros para a construção das primeiras residências. Até o final do século XIX, a nova capital – Aracaju, não exercia tanta influência no Estado porque possuía maior relacionamento com a região do Cotinguiba, área produtora de açúcar.

Com a relativa queda no dinamismo econômico dessa região na década de 1970, relacionada às produções locais, Aracaju iniciou um processo de expansão em sua área de influência, ampliando suas funções político-administrativas e portuárias e ainda inovando com o setor industrial e de serviços, ganhando assim destaque em

relação aos outros municípios sergipanos. Essa primazia de Aracaju atraiu pessoas de todas as regiões do Estado de Sergipe e suas circunvizinhanças que procuravam melhores oportunidades e condições de vida, principalmente pela população pobre que foi expropriada do campo e parte em busca da sobrevivência na cidade.

O objetivo desse trabalho é o de analisar as transformações sócio-espaciais no Estado de Sergipe principalmente aquelas que dizem respeito ao processo de metropolização da capital que surge como consequência da sua urbanização acelerada. A análise é baseada na pesquisa bibliográfica sobre o Estado de Sergipe e a expansão da cidade de Aracaju através de livros e periódicos e na observação visual e crítica, *in loco*, desse processo a partir da vivência individual na região.

2 O desenvolvimento urbano do Estado de Sergipe: aspectos socioeconômicos e espaciais

Considerando as transformações ocorridas na estrutura socioeconômica do Brasil, percebe-se que o processo de urbanização se deu de maneira diferenciada no conjunto do espaço brasileiro. Dentre essas mudanças, França (1999) destaca o desenvolvimento da indústria, a expansão de determinados grupos sociais, o crescimento do papel do Estado e a formação de novas estruturas espaciais.

Sabe-se, no entanto, que o processo de urbanização de Sergipe, apresenta traços comuns ao ocorrido em outras regiões da federação, principalmente no que é pertinente à saída do homem do campo para a cidade. Na tabela 1, podemos observar a evolução desse

processo de desenvolvimento das cidades no Estado.

Tabela 1 - Sergipe: população rural e urbana (1950-2007)

Anos	Total	Rural	%	Urbana	%
1950	644.361	439.377	68,18	204.984	32,00
1960	760.373	462.327	60,80	289.929	39,20
1970	911.251	485.329	53,25	415.415	46,75
1980	1.156.642	522.325	45,15	617.796	54,85
1991	1.491.876	488.999	32,77	1.002.877	67,23
2000	1.784.475	511.249	28,64	1.273.226	72,36
2007	1.939.426	536.505	27,66	1.402.921	72,34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e Contagem da População.

Como se observa na tabela acima, a partir de 1950 a população do Estado de Sergipe cresce progressivamente. No decorrer dos anos que sucedem a década de setenta, o Estado atinge novos estágios de urbanização, e desde então, a população urbana não parou de crescer, alcançando em 2007 a marca de 72,34% da população total.

Até 1960, a urbanização de Sergipe desenvolveu-se a por meio de atividades mercantis e de prestação de serviços, sem participação expressiva da indústria, porém, com forte tendência a hipertrofia e a multiplicação dos serviços públicos, “dada à necessidade de geração de emprego e renda”. (FEITOSA, 2006, p. 347). Passados apenas três anos o setor industrial ganha dinamismo e, com isso, o Estado começa a progredir. Surge então, o desenvolvimento de atividades de extração mineral, que impulsionou a expansão do comércio, a criação de novos postos de trabalho e a contratação de empresas prestadoras de serviços, induzindo dessa forma, o crescimento do setor imobiliário e, conseqüentemente, da economia da região.

Sendo assim, na década de 1960,

participando do Plano Nacional de Habitação (PNH), Sergipe cria sua

Companhia Nacional de Habitação Popular (COHAB-SE) e inicia, assim, a construção de conjuntos habitacionais, visando suprir a demanda por habitação, que passa a ser crescente frente ao processo de desenvolvimento econômico e à migração que se acentua. (FRANÇA, 1999, p. 80).

Conseqüentemente,

as grandes mudanças estruturais, econômicas, políticas e populacionais implicavam numa nova ordem socioespacial e em novas funções urbanas assumidas pelo Estado, que passou a interagir com os segmentos capitalistas – industrial e imobiliário, no sentido de atender as reivindicações populares, ora como mediador, ora como propulsor do processo de reestruturação espacial que estava acontecendo nas grandes e médias cidades através das várias dinâmicas de ocupação dos espaços. (CAMPOS, 2005, p.203).

A partir de 1970, o Estado de Sergipe experimenta relevantes transformações de caráter socioeconômico e espacial devido à desvalorização da agricultura, principal atividade do Estado e, paralelamente, ao crescimento do setor industrial que, chega aos anos oitenta com uma participação de 49,6% na composição do PIB (Produto Interno

Bruto) estadual. Demonstra-se, assim que, a decadência do setor agrícola na composição do PIB, indica uma maior participação das atividades urbanas na economia de Sergipe.

No ápice dessas transformações, ocorreu a transferência da sede administrativa da Petrobrás e da sede da Região de Produção do Nordeste, de Maceió para Aracaju e, com isso, migrou para o Estado de Sergipe um elevado contingente de técnicos e especialistas de petróleo que, segundo França (1999), contribuíram para o fortalecimento da classe média sergipana.

Aliado a essas mudanças, o desenvolvimento urbano de Sergipe foi marcado pela fundação da UFS - Universidade Federal de Sergipe (1968); a construção do Tecarmo - Terminal Marítimo de Carmópolis (1970), a implantação da Petromisa - Petrobrás Mineradora (1976) e, da Nitrofértil - Nitrogenados do Nordeste (1978), as construções dos conjuntos habitacionais (1950-2002) e do DIA - Distrito Industrial de Aracaju (1971), que conforme relato de Feitosa (2006) atendia a política de sustentação das atividades econômicas vigente à época quando o governo estadual aportou uma série de recursos em infra-estrutura e melhoria do sistema viário, resultando no aumento de indústrias instaladas no distrito e num maior número de pessoas empregadas.

2.1 Construindo a feição metropolitana da capital do Estado – Aracaju e região

As transformações urbanas ocorridas no espaço geográfico do Estado de Sergipe a partir da segunda metade do século XX começam a imprimir em Aracaju uma feição metropolitana, cujo processo é observado pelo crescimento da capital,

pelas relações socioeconômicas estabelecidas com os outros municípios do estado, bem como, pelo seu avanço na direção dos municípios vizinhos de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Essas transformações foram impulsionadas pela industrialização, promovendo o desenvolvimento do capital e, paralelamente, o intenso crescimento da cidade e o esvaziamento do campo. Nesse contexto, os diversos processos em que foi submetido esse território, “conduziram à formação de um espaço fragmentado, com diversidades de usos e de condições socioeconômicas que demonstram a complexidade desse espaço em processo de construção metropolitana”. (FRANÇA, 199, p. 202).

Assim, o crescimento industrial que se acentuava foi o propulsor do grande número de contingentes humanos que migraram para a capital em busca de trabalho e, por outro lado, as políticas públicas de habitação também aceleraram esse processo. Portanto, o crescimento do setor industrial bem como as políticas públicas desenvolvidas pelo governo, federal e estadual, serviu de atrativo para a população interiorana que se dirigia para a capital em busca de emprego, moradia e melhores condições de vida.

A intensificação de correntes migratórias e a dinâmica industrial confluíram para uma formação urbana acelerada e concentrada. A migração para a capital foi tão intensa que, de acordo com Feitosa (2006), em 1970, Aracaju contava com uma população de 66.930 pessoas oriundas de outros municípios, correspondendo a 36,4% da população total da cidade.

Logo,

o rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um

processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura, dessa forma, Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e das cidades do interior. (FRANÇA, 1999, p. 59).

Discorrendo sobre o aumento da população urbana de Aracaju, Campos (2005) indica que esse crescimento também está relacionado ao número de unidades habitacionais construídas pela COHAB-SE para pessoas de baixa renda, as quais inicialmente começam, em 1968, com a instalação de pequenos conjuntos, mas que tem suas ações ampliadas a partir de 1979, visando diminuir o déficit habitacional na capital.

Para França (1999), na década de setenta, a COHAB-SE já encontrava dificuldades quanto à aquisição de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais em Aracaju e o poder público, mostrando-se frágil, ao invés de fazer valer a função social da terra, permite o espraiamento da cidade para

áreas mais distantes, iniciando a compra de terrenos nos municípios vizinhos de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e, posteriormente, na Barra dos Coqueiros.

E, Rodrigues (2005) afirma que, a COHAB, na década de 1980, procura glebas distantes da malha urbana começando assim, a formação da Grande Aracaju e consolidando o empurrão da pobreza para fora dos limites da capital.

Nesses termos, “a cidade de Aracaju avança na direção dos municípios vizinhos, sobretudo, de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, exigindo uma nova compreensão do conjunto urbano”. (FRANÇA, 1999, p. 64).

Segundo Rodrigues (2005), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela concentração de unidades habitacionais construídas pela COHAB-SE, em Aracaju, representando 36,55% do total de unidades instaladas no Estado, estimulando assim a valorização dos terrenos da capital e, ao mesmo tempo, fomentando a construção de outros conjuntos no seu entorno, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 - Grande Aracaju: conjuntos habitacionais construídos entre 1968 e 2002.

Municípios	Conj. Hab.	%	Unidades	%
Aracaju	85	73,27	26.543	53,90
B. dos Coqueiros	3	2,60	916	1,86
N. Sra. do Socorro	22	19,00	17.433	33,40
São Cristóvão	6	5,17	4.357	8,84
Total	116	100	49.249	100

Fonte: França apud Menezes (2009).

De acordo com a tabela acima, entre os anos de 1968 e 2002, a Grande Aracaju, sozinha, absorveu 49.247 unidades habitacionais. Enquanto isso, um estudo realizado por Rodrigues (2005) mostra que, no mesmo período o Estado teve

56.730 unidades habitacionais construídas pela COHAB-SE, incluindo os municípios da Grande Aracaju.

Tendo em vista a construção de unidades habitacionais em Aracaju bem

como nos municípios vizinhos, observou-se que, em apenas trinta anos, a população desse aglomerado cresceu

mais de 100%, como mostra a tabela 3, representando aproximadamente 40% da população total do Estado.

Tabela 3 - Grande Aracaju: evolução da população entre os anos de 1980 e 2010

Municípios	Anos/Habitantes			
	1980	1991	2000	2010
Aracaju	293.131	402.341	461.534	570.937
B. dos Coqueiros	7.939	12.762	17.807	25.012
N. Sra. do Socorro	13.688	67.501	131.679	160.829
São Cristóvão	24.124	47.490	64.647	78.876
Total	338.882	530.094	675.667	835.654
Sergipe	1.156.642	1.491.876	1.784.475	2.068.031

Fonte: França apud Menezes (2009); IBGE: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: 2010.

Diante do contexto apresentado, verificou-se um crescimento célere das áreas adjacentes a Aracaju, em especial a partir da década de 1980 com a construção dos conjuntos habitacionais e do quantitativo de contingentes humanos que se deslocaram para a região circunvizinha, iniciando assim uma aglomeração urbana que posteriormente resultou num processo de metropolização periférico. Na atualidade, tal fato ganha proporções ainda maiores visto que, os grupos modeladores do espaço urbano continuam a imprimir novas feições espaciais que favorecem o modelo capitalista do mercado imobiliário nas áreas contíguas a capital.

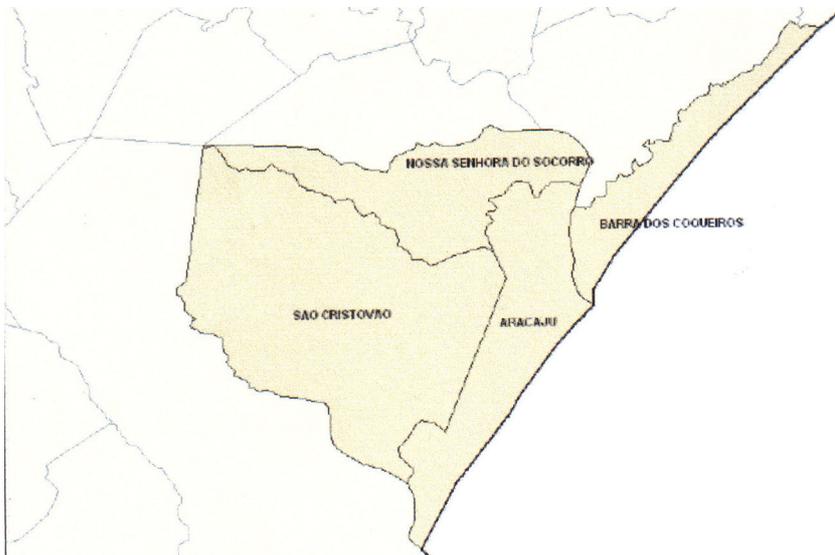
Do auge dessa discussão depreende-se que, a população campesina e/ou interiorana buscou fixar residência na capital devido às oportunidades de emprego que se visualizava no setor industrial, da mineração ou da construção civil. No entanto, o alto preço dos imóveis, aluguéis e terrenos existentes em Aracaju, aliado às políticas públicas de segregação espacial, executadas pela COHAB-SE, levaram essas pessoas, especialmente as de baixa renda, para a periferia da cidade, onde fixaram residência nos municípios limítrofes e/ou em conjuntos

habitacionais próximos, marcados pelo distanciamento do centro urbano, baixo custo de vida e pela carência de equipamentos e serviços.

Além disso, para Feitosa (2006), a periferização dos assentamentos humanos e industriais, bem como a especulação imobiliária provocou mudanças no processo de urbanização sergipano, fazendo surgir a conurbação e as cidades dormitório. Devido às mudanças que se processaram ao longo do tempo, o governo estadual resolveu criar em 1982, a RGA (Região da Grande Aracaju), área definida pela Lei 2.371/82 com alterações dadas pela Lei 2.578/85. A região foi composta, inicialmente, pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Maruim, sendo, posteriormente, incluídos os municípios de Itaporanga d'Ajuda e Riachuelo, porém na segunda metade da década de 1990, o governo estadual redefiniu a área, dando nova redação ao texto legislativo. Surge então, a RMA (Região Metropolitana de Aracaju), criada pela Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, sendo composta pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do

Socorro e São Cristóvão, conforme se verifica no mapa 1.

Mapa 1 – Região Metropolitana de Aracaju



Fonte: Observatório das Metrôpoles apud Pinto (2007).

O surgimento da RMA é fruto de forte ação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas que, obviamente, desencadearam o processo de metropolização deslanchado na década de 1980. Em meio às ações que alavancaram esse processo, França (1999) destaca a aquisição, em 1972 dos terrenos da Fazenda Santa Cruz, pelo governo federal para a implantação do Campus Universitário, no município de São Cristóvão, área contígua a capital, dela distando cerca de 4 km e a 14 km da sede municipal.

3 Considerações finais

Ao longo do estudo observou-se que, o desenvolvimento urbano do Estado de Sergipe foi marcado pelo intenso fluxo migratório das pessoas do campo para a cidade, em especial para a capital, onde as relações estabelecidas com os outros municípios são mais intensas. Essas transformações foram impulsionadas pela industrialização e ocorreu, paralelamente, com o desenvolvimento

capitalista, provocando o esvaziamento do campo e a multiplicação dos núcleos urbanos.

Assim, o processo de industrialização sergipano e as políticas públicas de habitação implementadas pelos governos, federal, estadual e municipal, atraíram vultosas quantidades de contingentes humanos para a capital – Aracaju, provocando o crescimento da cidade e, posteriormente, o seu avanço na direção dos municípios vizinhos de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

Esse processo deu à capital do estado uma feição metropolitana e, conseqüentemente, permitiu aos municípios vizinhos a formação de uma região consolidada pelas relações socioeconômicas e espaciais que se estabeleceram ao longo do tempo, gerando, inclusive, maior integração territorial. Tal integração se materializou na criação da RGA – Região da Grande Aracaju (Lei nº

2.578, de 31 de dezembro de 1985), sendo esta redefinida pela Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, como RMA - Região Metropolitana de Aracaju.

Apesar da Lei Estadual nº 25/95 ter instituído a Região Metropolitana de Aracaju, estudos realizados através do IPPUR, FASE, IPARDES (2004) e por Feitosa (2006), indicam que Aracaju é um aglomerado urbano, com pólo integrado aos municípios de Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro. Por conseguinte, a literatura especializada tem mostrado que, em geral, as RM's possuem nível de complexidade, escala de problemas e amplitude da área de influência e polarização bem maior em relação aos aglomerados urbanos. Desse modo, depreende-se que o termo RGA é mais adequado para identificar o aglomerado urbano formado por Aracaju e sua hiterlândia, pois se trata de uma formação urbana com nível de complexidade bem menor em comparação as RM's.

Conclui-se então, que o crescimento urbano da cidade de Aracaju e região adjacente, impulsionado por meio do processo de industrialização e do desenvolvimento capitalista atingiu um novo patamar, marcado pelo crescimento acelerado das cidades e pelas transformações ocorridas no espaço.

Referências

BRASIL. **Censo Demográfico: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 1953, 1963, 1973, 1983, 1994, 2001, 2010.

_____. **Contas Regionais do Brasil 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

CAMPOS, Antônio Carlos. **O Estado e o Urbano: os programas de construção dos**

conjuntos habitacionais em Aracaju. **In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Aracaju, v. 1, nº 34, p. 199-222, 2005.

FEITOSA, Cid Olival. Reflexões Acerca do Urbano em Sergipe. **In.: Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 37, nº 3, p. 339-355, 2006.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização.** São Cristóvão: UFS, 1999.

Governo do Estado de Sergipe. **Lei nº 2.578, de 31 de dezembro de 1985.** Cria a Região da Grande Aracaju. Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Aracaju, 31 de dezembro de 1985.

_____. **Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995.** Cria a Região Metropolitana de Aracaju. Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Aracaju, 29 de dezembro de 1995.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.** Brasília, DF, 2001.

MENEZES, C. R. C. de. **O Fenômeno Urbano: um estudo da expansão e desenvolvimento do Bairro Rosa Elze, no município de São Cristóvão, SE.** São Cristóvão, Se: UFS, 2009. 44p. Monografia de Especialização em Gestão Urbana e Planejamento Municipal apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Economia.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias: relatório da atividade 1. S.l., 2004. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Contrato Ministério das Cidades, FASE. Trabalho realizado por IPPUR, FASE, IPARDES. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/pr odutos/produto_mc_1.pdf. Acesso em: 18.01.2011.

PINTO, Sol Garson Braule. **Regiões Metropolitanas: obstáculos institucionais à cooperação em políticas urbanas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 391p. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

RODRIGUES, Maria Zélia Matos Dantas. **Evolução do Uso e Ocupação do Solo do Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes.** São Cristóvão, Se: UFS, 2005. 91p. Monografia de Bacharelado em Geografia.